

POR

JACQUES MARCOVITCH

A pesquisa científica, em nível acadêmico, enseja o conhecimento de fronteira. Explica de onde estamos vindo e para onde estamos indo. Tal conhecimento de longo ciclo pouco tem a ver com a pesquisa feita nas empresas. Esta é de ciclo curto, ou de ciclo médio. As empresas, mesmo investindo expressivos recursos em laboratórios, estão preocupadas com um horizonte de dois a cinco anos. Para ser leal aos recursos dos acionistas, têm de revelar uma rentabilidade capaz de mantê-los interessados em investir nelas o seu capital. Já a pesquisa universitária é uma pesquisa de ciclo longo. É a investigação que, mesmo nas áreas aplicadas, minimiza a importância do fator tempo. Busca o conhecimento para satisfazer a vontade de saber mais sobre o ser humano e suas circunstâncias passadas, presentes e futuras.

O ensino, em sua dimensão superior, tem múltiplas variáveis. A principal delas: quando alguém entra na carreira universitária encontra, desde o mestrado, desafios à sua capacidade de ensinar. No mestrado enfrenta uma disciplina de didática, no doutorado defende uma tese — o que testa a sua capacidade de comunicação — e, depois, na livre-docência e concurso para titular, também terá uma prova didática. Ninguém se tornará um professor universitário se não tiver pendor para a atividade de ensino. Ocorre, porém, ao longo dessa carreira, um sério problema: toda avaliação é feita quantitativamente para a atividade de ensino e qualitativamente para a atividade de pesquisa. O professor tem um mínimo de horas/aula a ser alocado por semana. A Lei de Diretrizes e Bases modificou ligeiramente esse nú-

RENOVADA

UMA

mero, mas, de qualquer forma, a responsabilidade do professor na área acadêmica se dá pela quantidade de horas/aulas ministradas. Na atividade de pesquisa, a publicação em revistas indexadas evidencia o juízo dos avaliadores que vão aceitar ou não um artigo observando qualitativamente o seu conteúdo. A realidade é que, em função desses critérios, existe, de maneira geral, uma preocupação maior do professor com a atividade de pesquisa do que com a atividade de ensino. Isso é preocupante. Muitos professores nem cumprem os rigores básicos da atividade didática. Obrigações como preparar o programa, chegar e sair no horário, acabam se tornando secundárias, porque o professor recebe sinais de que o elemento essencial de sua avaliação será a pesquisa.

Universidades mais dedicadas à pesquisa precisam mais de professores do que universidades unicamente dedicadas ao ensino. Uma universidade de iniciativa privada no Brasil, que se dedica somente ao ensino, terá muito menos professores por alunos, enquanto numa universidade pública, onde o professor é essencialmente avaliado por sua função de pes-

DOCÊNCIA

Trecho inédito do livro *A Universidade (im)possível*, de Jacques Marcovitch, a ser lançado no segundo semestre/98 pela Editora Futura.

JACQUES MARCOVITCH é reitor da Universidade de São Paulo.

quisa, exige-se um corpo docente mais numeroso. Mas a quantificação da relação professor/aluno distorce a questão essencial. Ela parte da premissa de que, tendo-se mais ou menos professores, está em jogo a eficiência ou a qualidade da relação aluno/professor.

Precisamos observar a fragilidade dessa relação. O aluno que entra na universidade vai passar de quatro a seis anos relacionando-se com uma seqüência de professores, em períodos aproximados de seis meses, cada um deles. O professor vai ter uma relação que se dá na sala de aula e talvez com algumas orientações posteriores. Em unidades de corpo discente numeroso, ou seja, na maioria, despersonaliza-se a relação entre o professor e o aluno. Devemos pensar em mudar esse quadro. Houve uma experiência na Faculdade de Economia e Administração da USP que merece ser lembrada. Foi a institucionalização da figura do *professor de referência*. Imaginou-se possível que um professor acompanhasse um aluno ao longo de todo o seu percurso na graduação. No curso de pós-graduação a figura do orientador já desempenha esse papel. Mas, durante o curso de graduação, uma nova figura é necessária. Para compreendê-la, imaginemos uma turma de 400 novos ingressantes na Faculdade. Divide-se a mesma em oito grupos de alunos. Esse grupo de 400 novos ingressantes teria 8 professores, um professor por grupo de 50, que passaria a se tornar o professor de referência. Isso quer dizer que cada aluno passará a ver, nesse professor, aquele que o acompanhará ao longo dos 4 ou 5 anos do ciclo de graduação. Tal atividade pode ser considerada uma função acadêmica do professor. Também ele e a universidade se beneficiariam, já que ambos passariam a conhecer os alunos ingressantes, acompanhando-os até a formatura.

Antigamente chamada de “mentor” e mais recentemente de “tutor”, esta figura, conhecida no mestrado e doutorado, inexistia no curso de graduação. A contradição pressupõe que o estudante precisa de menos orientação na graduação do que na

pós-graduação, quando ele é mais maduro e experiente para fazer suas opções.

Professores de referência, como o professor Ruy Leme e a professora Ana Maria Bianchi, puderam visualizar a mutação que ocorre ao longo do ciclo acadêmico. Detectaram problemas de encadeamento. Perceberam as diferenças que fragmentam a visão de processo e permitem que um professor, mesmo não sendo o coordenador do curso, nem chefe do departamento, possa viver perto do aluno e identificar os gargalos surgidos ao longo do ciclo de formação. E também notar os vazios de conhecimento e as sobreposições ou duplicações desnecessárias entre disciplinas. Uma possibilidade a ser considerada é recorrer à colaboração dos docentes aposentados, que constituem uma reserva de saber na universidade. Eles disponibilizariam sua experiência para alunos em busca de ouvidos atentos às suas dúvidas e proporcionariam uma orientação eventualmente decisiva no delineamento de seus projetos de vida. Este encontro de gerações tornaria o projeto acadêmico ainda mais sintonizado com o futuro da sociedade.

Durante o período de atividade de um docente na universidade, que dura em torno de 40 anos, ele poderá acompanhar 7 ou 8 turmas, já que idealmente cada professor ficaria com uma turma de alunos desde o ingresso até a formatura. A maior riqueza surgirá quando esse professor puder discernir, dentre 50 alunos que estão se formando, qual foi o resultado alcançado em relações de causa e efeito. Ele naturalmente acompanhará os alunos no mercado de trabalho ou na atividade de ensino e pesquisa, sendo informado dos seus êxitos e dificuldades.

Essa preocupação pode evoluir para consolidar as relações aluno/professor. A universidade deve rediscutir a dimensão qualitativa dessa relação, que não pode se limitar ao espaço da sala de aula. Deve repensar periodicamente a duração de 45 minutos da aula, a repartição semestral e o programa de 4 ou 5 anos. A aferição periódica dessas práticas permitirá abrir espaço às transformações pedagógicas e incor-

porar novos meios de acesso ao conhecimento para a experimentação de habilidades e atitudes.

A organização da grade curricular e a distribuição da carga horária constituem uma tentativa de ajustar as necessidades do aluno à oferta que a universidade garante para que ele acumule conhecimentos e desenvolva habilidades. Mas o contexto externo vai se modificando e, rapidamente, o jovem adquire uma acessibilidade a informações muito superior àquela que existia na origem dessas grades curriculares. Isso também afeta a relação professor/aluno. Cabe ao professor, obviamente, oferecer quadros de referências básicas do conhecimento e transmitir valores. Mas, acima de tudo, cabe a ele ser um desafiador. Ele deve, partindo do perfil da sua classe, conduzi-la sempre a uma etapa mais ousada. Desafiar os seus alunos a conquistar algo de superior, que vá além da competência já adquirida. Há um equívoco conceitual em formular programas rígidos e acabados, antes que a universidade receba seus novos alunos. Claro que é uma obrigação da universidade ter os programas e os conteúdos prontos. Mas, na medida em que o jovem universitário de hoje não é mais aquele jovem de cinco anos atrás, cabe perguntar: como é possível aplicar mecanicamente um programa se o professor ainda não conheceu os alunos? Os programas devem sofrer ajustes no seu conteúdo mesmo que mantida a forma. Quando uma aula é ministrada independentemente do aluno que está na sala, o professor se torna um simples emissor de informações, deixando ao aluno a responsabilidade de captá-las, digeri-las, preparar-se para a prova da disciplina, tornando mais difícil o êxito na prova da vida.

A universidade deve formar lideranças, agentes de mudanças. Homens e mulheres dispostos a assumir riscos para construir um mundo melhor. Nesse sentido a tarefa do professor é cada vez mais difícil, porque a geração dos anos 80, que está chegando na universidade, foi intensamente estimulada por novos meios de comunicação de massa. Se por acaso o jovem não está sintonizado ao que está sendo apresentado,

ele aciona um *zap* mental. Ele muda de canal, “desliga” o professor que está na frente dele. Continua fisicamente na sala de aula, mas a sua mente circula por uma série de outras referências adquiridas lá fora.

Na história da humanidade as escolas sempre estiveram aquém da geração que as freqüentava. Mas hoje o quadro chegou a um nível alarmante. Se cotejarmos a média de idade dos nossos professores com a dos nossos alunos, veremos que estamos chegando a limites preocupantes. As turbulências de 68, na França, tiveram uma origem política. Foi esse o estopim das revoltas na comunidade universitária. Mas também contribuiu para elas o descompasso entre a atitude dos professores e as expectativas dos alunos. Precisamos mudar a nossa realidade atual para que a história não se repita de forma tão dramática.

A nova realidade excluirá o carisma do professor? Será que não existe mais espaço para aqueles professores míticos, que enriqueceram a história da universidade, como, por exemplo, Florestan Fernandes?

Florestan combinava uma sólida formação teórica e uma extraordinária energia, dedicada à atualização. E se manteve nessa atitude até os seus últimos dias de vida. Quem assistiu às suas conferências no Centro Maria Antonia – e uma delas histórica, sobre a universidade pública e seu papel – sabe disso perfeitamente. O seu carisma, apesar da doença que o debilitava, foi capaz de manter a platéia sintonizada, eletrizada, ao longo de mais de duas horas. É claro que ele é um paradigma para definirmos o professor que queremos. Precisamos ver se estão corretos aqueles métodos que temos utilizado para avaliação de professores em sua relação com o ensino e a pesquisa.

O que mais atrai no exemplo de Florestan é a latitude de abordagem que ele utilizava. Mas, de outro lado, será que o conhecimento avançaria se não estimulássemos a especialização em campos específicos do conhecimento? Estamos diante de um dilema. O ideal é conseguirmos, preservando a especialização, valorizar professores ao mesmo tempo reconhecidos

neste nível, com ampla formação cultural e sensíveis àqueles que estão em sua volta, sejam alunos ou integrantes da sociedade.

Em que espaço poderemos discutir o papel do professor? Os colegiados não induzem esse tipo de debate. As pautas dos nossos colegiados deixam de contemplar essas questões diretamente relacionadas ao abandono de cursos, ao abandono de carreiras. Se formos procurar as causas da insatisfação em certas áreas de conhecimento, é evidente que esses assuntos vão surgir. Mas, para isso ocorrer, a universidade deveria se debruçar sobre uma avaliação mais qualitativa do que quantitativa. Enquanto tivermos uma discussão essencialmente quantitativa, tais temas não chegarão aos colegiados maiores da universidade, nem às congregações. Ficarão, quando muito, restritos ao campo dos departamentos.

João Sayad, nosso colega da FEA-USP, coloca essa questão em termos apropriados. Analisando o chamado “Exame” do MEC, em que se revelam graves deficiências da rede privada de ensino superior, ele argumenta que a boa universidade precisa de professores de todos os tipos. Mostra que ao lado de professores comunicativos e empolgantes, podem estar professores gagos e tímidos, mas possuidores de grande capacidade de reflexão e criação. Estes, inaproveitáveis nos lucrativos cursinhos para vestibular, são fundamentais para uma universidade pública – onde o lucro não é objetivo final, mas a boa formação de seus alunos. São muitas vezes esses mestres anônimos, que não brilham nas entrevistas de TV, os responsáveis pela recepção e interpretação dos novos conhecimentos desenvolvidos pelos grandes centros internacionais de excelência.

Há um tema que é subjacente a esse que pode ser formulado em duas perguntas. Qual deve ser o perfil de um professor do próximo milênio? O que é ser um professor na chamada sociedade do conhecimento?

Nesse quadro, o professor tem que rapidamente perder o senso de superioridade. Ele, no máximo, sabe tanto quanto seus pares e até mesmo quanto seus alunos. Isso

não quer dizer que ele sabe menos, ou sabe a mesma coisa. É que se ele sabe mais de um determinado tema, o aluno sabe mais sobre outro tema. E se ele conseguir transformar a sala de aula num ambiente de aprendizagem coletiva, ao invés de um ambiente unidirecional de transferência de conhecimento, conseguirá manter o aluno mais sintonizado.

Evocando seu professor Lévi-Strauss, um dos mestres estrangeiros que consolidaram a Faculdade de Filosofia da USP, Decio de Almeida Prado observa que certas inteligências, de tão fortes, chegam a sufocar o estudante. Uma aula de Lévi-Strauss, pelo contrário, deixava seus alunos – Decio entre eles – mais conscientes e orgulhosos do seu poder de percepção. A lembrança refere-se ao ano de 1936, mas continua válida em nosso tempo.

O professor tem que estar continuamente ligado à evolução do conhecimento em sua área de especialidade e ao mesmo tempo atualizar-se com a dinâmica do mundo externo. Na condição de cidadão ele já tem esse dever, mas como professor obriga-se mais ainda. O aluno vai querer ver em seu professor não só o depositário de informação atualizada, mas um indivíduo com a capacidade de analisar e relacionar variáveis e fatos, de forma superior àquela que ele, aluno, consegue fazer. Cabe ao professor oferecer metodologias úteis no raciocínio disciplinado, sustentadas em valores que façam florescer a consciência e a intuição criativa do aluno.

Não basta ao docente demonstrar conhecimento dos fatos. Isso também o aluno, via meios de comunicação de massa, obtém. O que ele espera do seu professor é que este lhe dê a interpretação desses fatos. O professor não precisa ser necessariamente um generalista, mas quando um fato é suficientemente importante para fazer parte da vida desse jovem, ele espera do seu mestre uma análise qualitativa, fundamentada na razão e na consciência. Uma análise que surpreenda e que sirva como disciplina de raciocínio e de escolha de valores, utilizável em outras situações.

A mídia, que aumentou a quantidade de

informações disseminadas, empobreceu-se na análise dessas informações e no estabelecimento de relações entre elas. Tem sido incapaz de digerir tudo o que ela mesma transmite. É muito comum ver na sociedade, hoje, repetidores de informações apenas aparentemente relevantes. E muitas vezes veiculadas com grande impacto emocional. Os grandes momentos destacados pela mídia são de violência, corrupção, exclusão. Tudo isso ocupa a mente dos jovens. Eles trazem a realidade para a sala de aula, sem ter tido, antes, a capacidade de passar do saber ao fazer. Primeiro, passar da informação bruta ao saber. Depois, evo-

luir para a ação decorrente – o que exige uma ordenação desse conhecimento. A interlocução do professor nesse transe facilita a passagem das etapas. Ele identificará o fazer arriscado, ou seja, o fazer que tolera o erro, do qual se retiram lições. O fazer que vai se alimentar da aprendizagem para propiciar um saber mais sólido. Isso também leva o professor a gerar nos jovens a percepção de que a informação da mídia é uma visão condicionada pelo transmissor. Se, de um lado, o fato é verdadeiro, de outro pode refletir, em sua primeira análise, apenas a ótica daqueles que selecionaram, formataram e transmitiram a informação.
